



QUE GRAMÁTICA SE ENSINA NA ESCOLA? UMA ANÁLISE DAS CLASSES DE PALAVRAS EM LIVROS DIDÁTICOS



WHAT TYPE OF GRAMMAR IS TAUGHT IN PORTUGUESE LESSONS? AN ANALYSIS OF WORD CLASSES IN BRAZILIAN TEXTBOOKS

Vitor HOCHSPRUNG
Universidade Regional de Blumenau, Brasil

Karina Zendron da CUNHA
Universidade Regional de Blumenau, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)

RECEBIDO EM 25/06/2019 • APROVADO EM 06/11/2019

Resumo

Desde a década de 1950, fala-se sobre a inserção de linguística na educação básica. Contribuindo com essa discussão, analisamos criticamente os livros didáticos dos sexto e sétimo anos da coleção “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), e seu uso na escola, para observar se a análise linguística é feita cientificamente. O foco é em como o livro apresenta os conceitos morfológicos das classes de palavras. A análise dos livros se deu por método comparativo, em que os livros didáticos são colocados ao lado de gramáticas normativa e descritiva, permitindo perceber qual é a abordagem gramatical predominante no livro. Compreendemos que o livro ainda segue uma perspectiva tradicional e deve ser

analisado com olhar crítico pelo professor, visando a pluralização do ensino. Assim, sugerimos que os livros não sejam usados como único material e que o docente elabore aulas visando a gramática cientificamente para inserir a linguística no ensino de português.

Abstract

Since the 1950s, the insertion of linguistics in basic education has been discussed. In this paper, we intend to analyze the textbooks “*Português – Linguagens*” sixth and seventh grade collection, from Cereja and Magalhães (2015), and their usage, to check if linguistic analysis is done critically. The focus is on how the textbooks present the morphological concepts of word classes. The comparative method was used, by comparing the textbooks with normative and descriptive grammars. We comprehend that the textbooks still follow a normative perspective and they should be analyzed with a critical eye by the teacher so that teaching is done through a more pluralistic perspective. Therefore, we suggest that textbooks should not be used as a definitive guide in the classroom and the teacher should develop some teaching sequences taking also into account grammar through a scientific point of view and, indeed, inserting linguistics in Portuguese language teaching.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Ensino de língua portuguesa. Linguística. Gramática normativa. Gramática descritiva.

KEYWORDS: Textbooks. Portuguese Language teaching. Linguistics. Normative grammar. Descriptive grammar.

Texto integral

Desde a década de 1950, discute-se como a língua portuguesa deve ser abordada nas escolas. A discussão principal gira em torno da vertente que deve ser abordada pelos educadores: a gramática normativa, que considera a língua como um conjunto de regras que deve ser seguido, ou abordagens que levem em consideração as contribuições da linguística, que veem a língua como objeto científico e têm como objetivo analisar como ela funciona, e não como deve funcionar.

De acordo com Bechara (2014), a gramática normativa tem espaço na escola, porque ela é elaborada para que o aluno tenha a oportunidade de aperfeiçoamento linguístico. Já outros estudiosos (OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016; PERINI, 2014; BAGNO, 2007) pensam no ensino de língua portuguesa enquanto ciência e apresentam a linguística como o caminho mais adequado a ser seguido na escola, pois essa perspectiva é capaz de promover a criatividade e o pensamento crítico dos educandos.

Adotando a segunda perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar criticamente os livros didáticos dos sexto e sétimo anos da coleção “*Português – Linguagens*”, de Cereja e Magalhães (2015), para que possamos observar se, nesse material aprovado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e utilizado em boa parte das escolas brasileiras, o ensino de gramática segue ou não uma

perspectiva científica. Especificamente, analisaremos como a morfologia é tratada nos livros didáticos, levando em consideração um dos principais problemas que uma teoria morfológica tem de enfrentar: a definição das classes de palavras, sua necessidade e os critérios utilizados para definir o seu número.

Para alcançar nosso objetivo e desenvolver a pesquisa, adotamos uma metodologia de caráter bibliográfico e qualitativo. Primeiramente, foram analisados os livros didáticos e a maneira como eles tratam alguns conceitos morfológicos, mais especificamente as classes de palavras. Essa análise foi feita pelo método comparativo, em que os livros didáticos citados foram colocados ao lado de gramáticas de diferentes perspectivas.

Este artigo está assim estruturado: na seção seguinte, apresentaremos as discussões teóricas que deram embasamento a esta pesquisa (SILVA; MEDEIROS, 2016; OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016; PERINI, 2014; BAGNO, 2007). Posteriormente, falaremos sobre o processo metodológico que percorremos para concluir nossos objetivos. Logo após, discutiremos os dados coletados, apresentando os resultados obtidos. Por fim, finalizaremos com as nossas considerações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Seguindo o objetivo deste artigo, que se centra em analisar a morfologia nos livros didáticos dos sexto e sétimo anos “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), pretendemos, nesta seção, apresentar uma revisão de literatura sobre (i) a linguística e o ensino de língua portuguesa na educação básica brasileira e (ii) um dos maiores problemas enfrentados por uma teoria morfológica: a classificação de palavras, ou seja, a divisão de palavras em categorias segundo propriedades semânticas, formais e funcionais.

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Os documentos oficiais que norteiam a educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defendem que o ensino de língua portuguesa deve ter uma perspectiva pluralizada e que englobe também a análise linguística (BRASIL, 1998; 2017). Contudo, na prática da maioria das escolas essa realidade ainda parece um pouco distante.

Sabe-se que o livro didático é um dos principais guias para as aulas de língua portuguesa nas escolas, sejam elas públicas ou particulares. O livro ora analisado, “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), segundo a resenha apresentada no PNL (BRASIL, 2017), não explora muito a análise linguística, centrando-se pouco na construção de sentidos linguísticos e reflexão.

Em contrapartida, alguns estudiosos da área defendem um ensino de gramática que tenha uma perspectiva mais pluralizada a ponto de construir sentidos, fazer com que os alunos reflitam e sejam criativos. O ensino de gramática(s) sugerido por Oliveira e Quarezemin (2016), por exemplo, é bastante relacionado à reflexão do aluno acerca da linguagem, tanto é que as autoras

propõem “que o professor juntamente com os seus alunos se aventure a elaborar gramáticas” (OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016, p. 21), isto é, o aluno é um ser reflexivo e criativo. Ensinar a gramática apenas na perspectiva normativa, que prescreve regras que, muitas vezes, não existem na língua real, é visto como uma injustiça com a criatividade dos estudantes.

De acordo com estudiosos da área de Linguística (OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016; PERINI, 2014; BAGNO, 2007), a gramática normativa apresenta alguns problemas que são frutos da falta de teor científico ao ditar regras. Isso gera o desinteresse dos alunos pela matéria de língua portuguesa, pois muitas vezes o que a gramática normativa trata como “certo” foge da realidade da língua.

Na perspectiva normativa, apesar de alguns autores já considerarem colaborações advindas de avanços da linguística, como Bechara (2009), que reconhece, em partes, as discussões da gramática descritiva, os conteúdos ainda estão preestabelecidos de maneira superficial e acrítica. Por exemplo, na morfologia toma-se como certo (i) o que é uma palavra (há uma definição pronta que parece não fazer muito sentido, como veremos a seguir), (ii) quantas e quais são as classes de palavras e que (iii) flexão e derivação são processos diferentes. Silva e Medeiros (2016), dentro de uma perspectiva linguística, apontam que esses três problemas clássicos, que deveriam ser levados em consideração por qualquer teoria morfológica, são tratados, muitas vezes, de maneira incoerente nas gramáticas tradicionais e, “por isso mesmo devem ser estudados por outras abordagens [...] de natureza científica, que nos permitirão compreender esses problemas, e suas consequências, em toda a sua extensão.” (SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 10)

Esses problemas clássicos, com foco para as classes de palavras, serão apresentados na subseção seguinte.

MORFOLOGIA E CLASSES DE PALAVRAS: PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Como vimos na subseção anterior, Silva e Medeiros (2016) assumem que qualquer tratamento dado para a morfologia deveria levar em consideração três problemas clássicos: (i) a noção de palavras; (ii) as classes de palavras e (iii) flexão e derivação. O primeiro deles é o que se entende por palavra. A definição de palavra para a morfologia, segundo a gramática tradicional de Cunha e Cintra (2001, p. 75), é: “uma unidade maior do que o fonema e menor do que a frase”, o que é facilmente desconstruído, por exemplo, com “é”, que equivale a somente um fonema e, mesmo assim, é considerado palavra. Além disso, em contextos específicos, “é” pode também equivaler a uma frase, como no seguinte contexto: “A: João é alto? B: É.”. Sendo assim, esse único exemplo desconstrói a noção de palavra apresentada por uma perspectiva tradicional. Contudo, há outras gramáticas normativas, como a de Bechara (2009), por exemplo, que apresentam o conceito de palavra com uma perspectiva mais aberta, dizendo que “o termo palavra se nos apresenta com aplicações diferentes, que devem ser distinguidas e, portanto, classificada de maneira distinta” (BECHARA, 2009, p. 333), o que parece levar em consideração as contribuições de Mattoso Camara Jr. (1977) para a linguística.

Há também o problema das classes de palavras. Essa divisão das palavras em classes pode ser entendida como necessária até certo ponto, mas também pode ser vista como algo que não faz sentido se observarmos algumas classes impostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que determina a divisão em dez classes: substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição (cf. BECHARA, 2009). Os gramáticos, ainda que não concordem com a divisão, precisam seguir essas nomenclaturas quando escrevem uma gramática normativa, pois a NGB tem por objetivo padronizar os vocábulos gramaticais usados no país. De acordo com Rosa (2015), nós nos habituamos com essa classificação e a vemos como um inventário das classes universais, presentes em qualquer língua. Contudo, essas dez classes não podem ser percebidas igualmente em algumas línguas, a exemplo do Latim que, diferente da língua portuguesa, não apresenta a classe dos artigos. Silva e Medeiros (2016) contribuem com essa discussão questionando os critérios utilizados para classificação de palavras do português, dando como exemplo a classe das interjeições, que é composta por palavras que podem ser identificadas como pertencentes a outras classes. “Atenção!”, por exemplo, é um substantivo. Sendo assim, é preciso que a classificação de palavras tradicionalmente conhecida seja revista, pois algumas classes não se aplicam totalmente aos conceitos que foram determinados, podendo ser facilmente desconstruídas, isto é, a classificação atual não se apresenta de forma clara, lógica e organizada.

Que um nome se difere de um verbo, por exemplo, não há dúvidas, afinal, sabemos que ambos apresentam, além de estrutura, funções diferentes, isto é, quando uma palavra é colocada em determinado contexto, conseguimos identificar se é um nome ou um verbo. Além disso, a forma como os dois se estruturam permite com que percebamos qual é qual. O verbo apresenta morfologia de tempo/modo e número/pessoa que no nome não aparecem. Por outro lado, o nome permite a flexão de gênero que não se observa no verbo. Assim, analisando forma e função das palavras, conseguimos identificar as outras classes de palavras, como conectivos e adverbiais. Entretanto, para definir as classes de palavras, a gramática normativa não leva em consideração os critérios semânticos, funcionais e formais simultaneamente, como recomenda Mattoso Camara Jr. (1977), o que deixa a classificação vaga.

Mattoso Camara Jr. (1977), usando critérios morfossemânticos e funcionais, reduz para quatro as classes de palavras: nomes, pronomes, verbos e conectivos, oferecendo uma proposta que supera muito a da Gramática Tradicional e que resolve o problema de se ter a mesma palavra ora classificada de uma maneira, ora de outra.

Uma proposta um pouco mais recente é a de Perini (2010) que, em sua gramática descritiva, apresenta uma divisão de classes bem diferente, que se destaca por trabalhar com dados do uso real da língua, ou seja, de maneira científica. É característica dessa gramática, por exemplo, falar de substantivos, adjetivos e pronomes como uma classe só, chamada de nominais, por essas palavras apresentarem características formais e funcionais bastante semelhantes.

A gramática descritiva apresenta, além dos nominais, outras três classes gramaticais somente, sendo elas denominadas verbos, adverbiais e conectivos. Dessa forma, Perini (2010) leva em consideração a recomendação de Mattoso

Câmara Jr (1977), ao dividir as classes levando em consideração, simultaneamente, aspectos semânticos, funcionais e formais.

Essas divergências entre gramáticas guiam a análise que apresentamos do livro didático e, na próxima subseção, apresentaremos as duas perspectivas, discutidas por Bechara (2014) e Perini (2014) como referência para análise do material didático.

DIFERENTES PERSPECTIVAS GRAMATICAIIS

As gramáticas discutidas neste artigo, normativa e descritiva, apresentam divergências bastante significativas. Bechara (2014), que é autor de uma gramática normativa, apesar de defender a sua perspectiva, admite a existência de gramáticas descritivas e as classifica como pertencentes a uma disciplina científica, que objetiva, sem recomendar um modelo exemplar, descrever o sistema linguístico, levando em conta todas as suas variações; e a gramática normativa como aquela que pretende, de forma didática, recomendar um modelo de língua, apontando construções certas e erradas da língua. De acordo com o autor, “isso significa, em outras palavras, que a primeira disciplina mostra ‘como a língua funciona’, e a segunda, ‘como a língua deveria funcionar’.” (BECHARA, 2014, p. 20)

Em defesa a sua gramática, o autor diz que ela tem seu lugar na escola, uma vez que o ensino escolar deve se basear em alguma regulamentação imperativa. Sendo assim, conclui que “para fins de elaboração de uma gramática com objetivo do ensino escolar, esta terá de apoiar-se na realidade que lhe apresenta a língua comum escrita, sedimentada não só pela língua literária, mas ainda pela língua padrão a serviço dos textos técnicos e científicos” (BECHARA, 2014, p. 23). Segundo o autor, uma gramática é elaborada para preparar o usuário da língua a aperfeiçoar sua educação linguística.

Esse argumento de Bechara é contrariado por Perini (2014, p. 48), que afirma que se aprende “a língua padrão através da prática, principalmente da leitura e da escrita, não através dos estudos gramaticais”. Por conta disso, de achar que a gramática na escola não deve ter apenas o objetivo de ensinar o aluno a falar e escrever bem, o linguista sugere que a gramática seja parte do eixo científico, ao lado de biologia, geografia e química. Afinal, segundo o autor, se o estudo gramatical não for parte da formação científica dos alunos, não terá grande utilidade.

Portanto, defendendo a ideia do ensino científico de gramática, o autor argumenta que isso é fazer com que o aluno questione os conceitos da gramática tradicional, a fim de, muitas vezes, desconstruí-los ou até reconstruí-los. Com a disciplina tratada de maneira científica, “o ensino de gramática pode mostrar alguns aspectos de um fenômeno vasto e fascinante: sua estrutura e seu funcionamento como instrumento de comunicação.” (PERINI, 2014, p. 66) Entretanto, concordamos com Fiorin (2015) quando o autor argumenta que a linguagem tem muitas outras funções além de simplesmente ser um instrumento de comunicação. Para o autor, a linguagem é uma forma de perceber o mundo e interpretar a realidade, serve para informar, para criar laços, expressar

sentimentos e emoções, entre muitas outras funções que a tornam algo bem maior do que um simples instrumento de comunicação.

Finalizando de forma metafórica, Perini (2014) diz que o ensino tradicional ignora isso e reduz a discussão científica a uma série de regras, como se estivesse fechando uma janela que poderia estar aberta.

Na próxima seção, a fim de esclarecer os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da nossa pesquisa, apresentaremos a metodologia desta pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste artigo tem caráter bibliográfico, pois pretende analisar dois livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental. Os livros didáticos analisados nesta pesquisa são os livros dos sexto e sétimo anos da coleção “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2017 e usados em um número bastante considerável de escolas públicas e privadas do país. Para a análise, os livros que observamos são os materiais destinados aos professores, que se diferenciam dos livros dos alunos, pois têm orientações de como trabalhar com os conteúdos abordados em sala de aula e respostas dos exercícios propostos, o que também se tornou objeto de análise crítica.

Contudo, neste artigo, pretendemos perceber, mais especificamente, como a morfologia e seus conceitos são trabalhados nos livros, uma vez que nesta fase de ensino (início dos anos finais do ensino fundamental), a coleção trabalha mais com o nível de análise morfológica do que com os níveis de análise fonético/fonológico, sintático ou semântico. No livro didático, as classes de palavras são apresentadas separadamente umas das outras, em seções. No livro didático do sexto ano são apresentadas as classes substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronomes e verbo e, no livro didático do sétimo ano, advérbio e preposição. De acordo com as gramáticas tradicionais, há mais duas classes de palavras: conjunção e interjeição, mas elas não aparecem nos livros didáticos analisados nesta pesquisa.

A seção dos livros que trabalha com análise morfológica é intitulada “língua em foco” e, dentro dela, está situada uma subseção denominada “construindo conceito”, em que aparecem com mais frequência os conceitos de cada classe de palavra e exercícios relacionados a elas. Por conta disso, centraremos nossa análise nessa parte específica do livro.

Para uma análise consistente de como as classes de palavras são trabalhadas nos livros didáticos, usamos primeiramente o método comparativo, observando os conceitos apresentados pelos livros e os colocando ao lado dos conceitos desenvolvidos por diferentes perspectivas gramaticais, como a gramática normativa de Bechara (2009), nomeada “Moderna Gramática Portuguesa” e a gramática descritiva de Perini (2010), intitulada “Gramática do Português Brasileiro”.

Ao observar os livros didáticos, percebemos que eles sofrem bastante influência dos conceitos normativos, principalmente no que diz respeito à morfologia, pois os conceitos que são apresentados por eles são bem semelhantes

aos desenvolvidos por Bechara (2009), enquanto conceitos da perspectiva da gramática descritiva fogem, em boa parte, da abordagem trabalhada nos livros didáticos. Na próxima seção, a fim de deixar essa observação mais clara, apresentaremos a análise dos livros e das observações de seu uso em sala de aula.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para o bom uso de um material didático em sala de aula, é preciso que o professor-pesquisador analise com olhar crítico cada elemento presente. Para isso, nesta seção apresentaremos e discutiremos os nossos dados, que apresentarão, respectivamente, os livros analisados e as classes de palavras abordadas no material.

OS LIVROS DIDÁTICOS

Cada volume da coleção “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), tem quatro unidades que se subdividem em três capítulos, totalizando três capítulos por volume. As seções encontradas em cada capítulo são: Estudo do texto; Produção de texto; Língua em foco; De olho na escrita; e Divirta-se. Para este artigo, analisaremos a seção “Língua em foco”, que é onde está centrado o eixo de conhecimentos linguísticos, o qual é bastante criticado pelo PNLD:

Apesar de os conhecimentos linguísticos serem trabalhados por meio de textos, poucos deles vêm explorados quanto à construção dos sentidos, sendo considerados apenas para a realização de uma análise mais tradicional e transmissiva. Assim, não há, de maneira geral, articulação entre as atividades das seções desse eixo e os outros exercícios e textos presentes nas seções direcionadas para a leitura, produção de textos escritos ou oralidade (BRASIL, 2017, p. 47)

Compactuando da mesma crítica formulada pelo PNLD, ao dizer que a análise do livro segue a linha tradicional, pretendemos, na próxima subseção apresentar as classes de palavras trabalhadas nos livros, comparando-as com gramáticas de perspectiva normativa e gramáticas de perspectiva descritiva, para que seja visível a linha de raciocínio que o livro segue.

AS CLASSES DE PALAVRAS

A seção que mostra as classes de palavras nos livros didáticos analisados é a “Língua em foco”, que inicia com a subseção intitulada “construindo o conceito”. O nome da subseção nos parece um pouco problemático. De acordo com Oliveira e Quarezemin (2016), os alunos devem construir os conceitos gramaticais através de pesquisa e reflexão. O título, por fazer entender que o conceito será construído,

engana, afinal, às vezes uma página depois ou na mesma página, o conceito é dado, de modo que o aluno não precisa construí-lo. Além disso, dá ao aluno apenas um conceito, como se aquele fosse incontestável.

Antes de aparecer o conceito da classe gramatical apresentada no capítulo, há um exercício de interpretação textual que, teoricamente, levaria o aluno a entender a classe de palavra. Os livros seguem a sequência tradicional.

No livro didático do sexto ano, as classes de palavras abordadas são: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome e verbos, enquanto o livro didático do sétimo ano trata de advérbios e preposições.

Como vamos trabalhar com a divisão proposta por Perini (2010), essa seção será estruturada de modo que, primeiramente, compararemos os conceitos abordados no livro didático com os conceitos da gramática normativa e, posteriormente, apresentaremos a contribuição da gramática descritiva para sustentar uma análise descritiva dos dados.

Os livros do sexto ano trabalham com a classe dos nominais (tradicionalmente: substantivos, adjetivos e pronomes) e verbos, enquanto o livro do sétimo ano, com o foco maior em ensinar conceitos sintáticos aos alunos, apresenta pouco conteúdo de morfologia. Apenas duas classes gramaticais são tratadas neste livro: adverbiais (os advérbios, tradicionalmente falando) e parte dos conectivos (especificamente a parte que é conhecida por preposição).

O livro didático do sexto ano apresenta, após um exercício de interpretação de uma tirinha, o conceito de substantivo, dizendo que “são palavras que nomeiam seres – visíveis ou não, animados ou não –, ações, estados, sentimentos, desejos e ideias” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 91), que é uma definição de classes bem parecida com a gramática normativa, que diz que o substantivo é “o que convencionalmente chamamos de objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substância, quais sejam qualidades, estados, processos.” (BECHARA, 2009, p. 112)

Isso pode parecer tão óbvio aos nossos olhares acostumados com a divisão tradicional, que em primeiro momento, não percebemos maneiras possíveis de desconstruir esses conceitos. Entretanto, é preciso que levemos em consideração os três critérios já apontados na década de 1970 por Mattoso Camara Jr. ao fazer a classificação de palavras: aspectos semânticos, funcionais e formais. A gramática normativa não olha para os três aspectos de maneira simultânea e varia, ora levando em conta somente aspectos formais, ora levando em conta apenas aspectos semânticos e quase nunca funcionais, diferente da gramática descritiva, que classifica as palavras a partir dos três critérios. Esta, por sua vez, apresenta apenas quatro classes gramaticais, e não dez. A subclasse que está relacionada com os substantivos é chamada de nomes e faz parte da classe nominais (que abrange os tradicionalmente conhecidos substantivos, adjetivos, pronomes e artigos), mas, antes de explorá-la, vamos abordar o conceito de adjetivo do livro didático e da gramática tradicional, porque eles também são da subclasse dos nomes. Assim, a nossa organização fica mais compreensível.

Para classificar e conceituar os adjetivos, o livro didático (CEREJA; MAGALHÃES, p. 111) apresenta a seguinte definição: “as palavras que modificam os substantivos, atribuindo-lhes certas características, são chamadas de adjetivos”.

A gramática normativa, de maneira bem semelhante aponta que o adjetivo tem a função de “caracterizar as possibilidades designativas do substantivo.” (BECHARA, 2009, p. 142)

Entretanto, como vimos anteriormente, há algumas palavras que podem ser classificadas das duas formas, dependendo do contexto. Sendo assim, não seria melhor ter uma mesma classificação para essas palavras? A gramática descritiva trabalha com a classe dos “nominais”, que são aqueles que apresentam papel de determinante no sintagma nominal (SN). Além disso, os nomes podem apresentar potencial referencial ou qualificativo (como *gato* em *meu gato* e um *menino gato*).

Os nomes são uma subclasse dos nominais, que são as palavras que podem ocorrer como constituintes imediatos de um SN. Por exemplo, em “essa blusa roxa do Igor”, *essa*, *blusa* e *roxa* são constituintes imediatos de um SN. *Igor*, por sua vez, faz parte do SN, mas não imediatamente, por não ser o núcleo. Assim, como aponta Perini (2010, p. 298), “as palavras do português se dividem nas que podem ser constituintes imediatos de um SN e as que não podem”. Em outras palavras, em nominais e não nominais.

Podemos compreender que o conceito do livro didático se aproxima mais de uma perspectiva normativa do que de uma perspectiva descritiva. Assim como a gramática normativa, o livro separa os nominais, diferente da perspectiva descritiva, que os entende como um conjunto.

É possível perceber que a gramática descritiva, por trabalhar com a língua em seu uso real, facilmente desconstrói os conceitos tradicionais da classificação de palavras, o que colabora para a crítica de Silva e Medeiros (2016), quando os autores falam sobre a má organização da divisão das classes de palavras e a falta de justificativa para essa divisão.

Os pronomes, que são, pela gramática descritiva, considerados também nominais, assim como os substantivos e adjetivos, são vistos com outros olhos no livro didático e na gramática normativa. O livro didático diz que pronomes são “palavras que substituem ou acompanham um nome, principalmente o substantivo” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 210), que é um conceito bem simples, mesmo se colocado ao lado da gramática normativa, que diz que os pronomes são “a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto.” (BECHARA, 2009, p. 162). Muitos livros reduzem os conceitos, por fins didáticos. Enquanto isso, a gramática descritiva, quando fala sobre os pronomes, diz: “os pronomes pessoais só ocorrem como núcleo do SN, quando constituinte imediatos. Além disso não admitem outros termos no SN, ou seja, um SN cujo núcleo é um pronome só contém esse pronome e mais nada.” (PERINI, 2010, p. 301).

O conceito que o livro apresenta tem o mesmo ponto de vista normativo, que em vez de substituição, fala em referência, mas com um significado próximo. O que destaca a gramática descritiva é o exemplo com o uso real da língua. O que se quer dizer é que os pronomes “não admitem outros termos no SN”. É que nós, no português brasileiro, não usamos dois elementos no SN ao mesmo tempo quando há um pronome, como um artigo e um pronome em “*os eles foram passear”. Os conceitos normativos não se aprofundam nesse viés científico, o que pouco

contribui para um ensino reflexivo, uma vez que o livro didático é baseado nesses conceitos.

A discussão científica, acima de tudo, faz-se a partir do uso real da língua, isto é, apresenta a língua como ela funciona, e não como ela deve funcionar. Assim, está presente, também, nos elementos que usamos para comparação quando estes abordam a classe de palavras tradicionalmente conhecida como artigo. De acordo com o livro didático, o artigo “é a palavra que antecede um substantivo, definindo-o, particularizando-o ou generalizando-o.” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 170) O conceito utilizado pelo material didático é bem similar ao normativo: “chamam-se *artigo definido* ou simplesmente *artigo o, a, os, as* que se antepõem a substantivos, com reduzido valor semântico demonstrativo e com função precípua de adjunto desses substantivos.” (Bechara, 2009, p. 153) O artigo indefinido se difere pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais. A gramática descritiva (Perini, 2010), afirma que, quando aparecem, os artigos são aqueles que ocupam necessariamente a primeira posição do SN.

Como os nominais englobam os tradicionalmente conhecidos: substantivo, adjetivo e pronome, de acordo com Perini (2010), podemos perceber que o livro e a gramática normativa apresentam conceitos limitados ao dizer que um artigo antecede um substantivo, apenas. Podemos desconstruir isso com um exemplo bastante recorrente no português brasileiro, quando falamos “*a linda cidade de Florianópolis*”. O artigo, nesse caso, ocupa a primeira posição do SN, logo antecede um nominal que não necessariamente é um substantivo.

Ao abordar os numerais, o livro didático fala em “palavra que expressa a ideia de quantidade ou de posição numa determinada sequência” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 187), o que novamente se liga fortemente ao conceito normativo, que define que o numeral “é a palavra de função quantificadora que denota valor definido.” (BECHARA, 2009, p. 203) A gramática normativa, além disso, também apresenta o conceito de numeral de uma forma mais limitada do que a descritiva. Esta defende que não são só os numerais tradicionalmente conhecidos que têm a função quantificadora, afinal, “os quantificadores são um grupo bastante heterogêneo de itens, que têm em comum pouco mais do que sua posição normal antes do núcleo.” (PERINI, 2010, p. 303) Alguns exemplos apresentados por Perini (2010, p. 303) são: cada, poucos, muitos, alguns, vários, nenhum.

Como vimos, enquanto o livro didático e a gramática normativa concordam ao dizer que o numeral tem a função de quantificar, a gramática descritiva chama de “quantificadores” todas as palavras que têm essa função. Muitas delas são normativamente classificadas como advérbio, mas se pararmos para pensar na língua em uso no Brasil, percebemos que classificar como quantificadores parece um pensamento mais crítico e científico, por levar em consideração aspectos não somente formais ou semânticos, mas principalmente funcionais.

A mais famosa classe de palavras e, segundo Perini (2014), a mais fácil de reconhecer, é o verbo. Para o livro didático, “verbos são palavras que exprimem ação, estado, mudança de estado e fenômenos meteorológicos, sempre em relação a determinado tempo.” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 239) O verbo, de acordo com a gramática normativa, é “a unidade de significado categorial que se

caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar do seu significado lexical.” (BECHARA, 2009, p. 209)

Para a gramática descritiva, por sua vez, os verbos pertencem a uma classe diferente da dos nominais, uma vez que apresentam aspectos semânticos, formais e funcionais diferentes. A gramática descritiva classifica como verbais as palavras que tradicionalmente conhecemos como verbo. Perini (2010, p. 307) define os verbais da seguinte forma:

De todas as classes de palavras, o verbo é certamente o mais fácil de reconhecer, por seus sufixos característicos e pela relação com os outros membros do seu lexema. Com efeito, o lexema verbal é, de longe, o mais rico da língua, e apresenta características muito peculiares: são palavras que se opõem em tempo, modo, pessoa e número. No PB o lexema verbal é algo simplificado em comparação com o do padrão escrito, mesmo assim é bastante complexo. (PERINI, 2010, p. 307).

Se compreendermos a acessibilidade como uma qualidade no ensino, é fácil classificar a gramática descritiva, quando interpreta o verbo, como uma boa opção a ser usada em sala de aula, uma vez que, além de utilizar uma metalinguagem compreensível, apresenta exemplos reais da língua.

O livro do sétimo ano explica que advérbio “é a palavra que indica as circunstâncias em que se dá a ação verbal” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 58), o que chega bem próximo ao conceito normativo, que o classifica como “a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância e desempenha na oração a função de adjunto adverbial.” (BECHARA, 2009, p. 287) A gramática descritiva explora mais os advérbios, chamando-os de adverbiais e discutindo que várias classes de palavras estão constituídas nele. Um adverbial é, de acordo como Perini (2010), que faz uma abordagem bem simples, membro de uma classe generalizada e se define como palavra invariável que não é um conectivo. Além disso, “os adverbiais em geral têm potencial funcional paralelo a sintagmas maiores; assim, *apressadamente* ocupa as mesmas funções e tem os mesmos papéis temáticos que *com pressa*.” (PERINI, 2010, p. 317) Sem contar que algumas propriedades importantes, como posição (se está ligado a um verbo ou a um nominal) e escopo (que é afetado pelo posicionamento do adverbial), são parte dos adverbiais.

Essas contribuições de Perini (2010) nos chamam a atenção para a heterogeneidade dos adverbiais, que é limitada pela visão normativa. Sendo assim, de nosso ponto de vista, é mais interessante trabalhar com os conceitos da perspectiva descritiva com os alunos, para que eles possam refletir e elaborar seus próprios conceitos, através de uma percepção real e científica.

A segunda classe abordada no livro didático do sétimo ano é a preposição. Segundo o livro, preposição “é uma palavra que liga duas outras palavras, de forma que o sentido da primeira palavra é completado pela segunda.” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 151) As gramáticas se apresentam de forma similar. Para a gramática normativa:

chama-se preposição a uma unidade linguística desprovida de independência [...] e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que eles desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações” . (BECHARA, 2009, p. 296).

A gramática descritiva diz que “basicamente, uma preposição é uma palavra que se coloca antes de um SN de maneira que a sequência resultante é um sintagma adjetivo ou um sintagma adverbial” (PERINI, 2010, p. 311).

Entretanto, o que difere uma perspectiva da outra é que a perspectiva descritiva coloca a classe das “preposições” em um contexto muito maior, chamando-as, juntamente com as conjunções, de conectivos.

Observamos que os livros didáticos analisados, tanto do sexto como do sétimo ano, tendem a seguir uma perspectiva normativa, ignorando a perspectiva científica da linguagem e seu uso real, o que é bastante problemático se pensarmos que Câmara Jr. (1977) já olhava para essas questões de maneira crítica.

De acordo com Silva e Medeiros (2016), a forma como se dá a classificação das palavras na perspectiva tradicional deixa muito a desejar, porque não há uma justificativa coerente para elas estarem divididas como estão, isto é, dez classes de palavras distribuídas separadamente com problemas insolúveis de organização.

Perini (2014) compartilha com a opinião de que as classes de palavras são tradicionalmente apresentadas de maneira inadequada. Segundo o autor, não há uma distinção de classe e de função, o que faz as classes serem apresentadas fora de um contexto e muitas vezes facilmente desconstruídas na língua em uso. Por exemplo, se nos for dado simples e isoladamente a palavra “gato”, classificaremos, tradicionalmente, como um substantivo, embora saibamos que, em determinados contextos, ela pode ser um adjetivo que indica beleza. Visto isso, Perini (2014) apresenta uma classificação mais fiel ao português brasileiro devidamente usado, classificando as palavras em nominais, verbos, adverbiais e conectivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com este artigo foi o de analisar criticamente os livros didáticos dos sexto e sétimo anos da coleção “Português – Linguagens”, de Cereja e Magalhães (2015), e seu uso em sala de aula, para que pudéssemos observar se há de fato um ensino científico. O objetivo específico, enquanto isso, era analisar como a morfologia e seus conceitos são abordados nos livros didáticos analisados, olhando para um dos principais problemas enfrentados pelas teorias morfológicas: as classes de palavras e sua divisão.

Com os objetivos alcançados, observamos que os livros didáticos seguem uma perspectiva ainda muito normativa e sem embasamento científico, o que limita o professor em sala de aula, o qual não consegue, se seguir o livro como guia definitivo, trabalhar longe de uma perspectiva tradicional, como foi visto.

A sugestão que damos para os professores não é que abandonem o livro didático. Sabemos que, em muitas escolas, esse é um dos poucos materiais fornecidos a alunos e professores. O livro didático deve ser utilizado, mas o professor deve ter um olhar crítico para o seu conteúdo e, quando necessário, deve fazer as alterações necessárias para que seu uso seja mais produtivo. Além disso, cabe ao professor investir na elaboração de sequências didáticas e de materiais próprios que considerem um viés mais científico e, portanto, agucem a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes.

A nossa pesquisa contribui para a discussão sobre a inserção da linguística nas aulas de língua portuguesa no Brasil. Acreditamos que é preciso que os professores tenham conhecimento a respeito do livro didático com o qual trabalham para que possam apresentar uma postura inovadora e científica. Todavia, nossa discussão não auxilia imediatamente na melhoria da educação básica. Para que essas discussões cheguem a educação básica, é preciso que haja investimento na formação continuada de professores e também em parcerias entre universidade e escola. Dessa forma, os professores da educação básica poderão estar a par das discussões que acontecem no ambiente acadêmico e científico e refletir sobre suas práticas de trabalho, buscando a inserção de conteúdo científico e inovador nas salas de aula. Somente assim, em um processo gradual, essas novas práticas poderão finalmente fazer parte do cotidiano escolar.

Referências

- BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso. São Paulo: Parábola, 2007.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Gramáticas contemporâneas do Português. São Paulo: Parábola. Cap. 1. p. 19-30, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maria. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. PNLD 2017: língua portuguesa: Ensino fundamental anos finais. Brasília, DF: Ministério da Educação, SEB, 2017.
- CASTILHO, Ataliba. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 6.9 ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 7.9 ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina.; MEDEIROS, Alessandro Boechat. Para conhecer morfologia. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. *Linguística? O que é isso?*. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PERINI, Mario. *Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, Mario. Defino minha obra gramatical como a tentativa de encontrar respostas às perguntas: por que ensinar gramática? Que gramática ensinar? In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Gramáticas contemporâneas do Português*. São Paulo: Parábola. Cap. 3. p. 48-67, 2014.

Para citar este artigo

HOCHSPRUNG, Vitor; CUNHA, Karina Zendron da. Que gramática se ensina na escola? uma análise das classes de palavras em livros didáticos. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 2, p. 589-603, maio-ago. 2019.

Os autores

Vitor Hochsprung é bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/FURB) e estudante de graduação de Letras - Português/Inglês pela FURB

Karina Zendron da Cunha é Doutora em Linguística pela UFSC. Orientadora de Iniciação Científica (PIBIC/FURB) e professora do departamento de Letras - Português/Inglês da FURB.